



## **Parecer Prévio 00011/2022-1 - 2ª Câmara**

**Processos:** 02934/2020-9, 02931/2020-5

**Classificação:** Prestação de Contas Anual de Prefeito

**Exercício:** 2019

**UG:** PMI - Prefeitura Municipal de Iconha

**Relator:** Sérgio Manoel Nader Borges

**Responsável:** JOAO PAGANINI

### **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE PREFEITO –PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA – ANO 2019 - IRREGULARIDADES – ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES SEM FONTE DE RECURSO – APROVAÇÃO COM RESSALVAS – RECOMENDAR – DETERMINAR.**

- 1 A abertura de créditos adicionais suplementares sem fonte de recurso caracteriza irregularidade, entretanto passível de ressalva quando o município encerra o exercício financeiro correspondente com saldo suficiente.
- 2 Expedição de recomendação e determinação, para que sejam adotados práticas de controle aprimoramento dos procedimentos.

## **O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES:**

### **1- RELATÓRIO**

Tratam os autos de **Prestação de Contas Anual de Prefeito**, apresentada pela **Prefeitura Municipal de Iconha**, referente ao exercício 2019 e sob a responsabilidade do **Sr. João Paganini**.

Além da presente Prestação de Contas Anual de Prefeito (TC 02934/2020-9), consta em apenso a estes autos a Prestação de Contas de Anual de Ordenador (TC 02931/2020-5), ambas da Prefeitura Municipal de Iconha e sob a responsabilidade do Sr. João Paganini.

Da análise da documentação encaminhada a esta Corte de Contas, resultou o Relatório Técnico Contábil RT 000065/2021-9 (evento 051) e Relatório Técnico Contábil RT 00183/2021-1 (evento 055), além do Relatório Técnico Contábil RT 00184/2021-4 (evento 55 do TC 02931/2020-5) que, em conclusão, opinaram pela notificação do responsável, para apresentação de razões de justificativa, em decorrência de achados que detectaram indícios de irregularidade, o que foi posteriormente ratificado pela Instrução Técnica Inicial ITI 00162/2021-8 (evento 56).

Por meio da Decisão SEGEX 00214/2021-1 (evento 57), foi determinada a notificação do responsável para manifestação no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias.

Notificado, o senhor João Paganini apresentou, na data de 13/07/2021, a Defesa/Justificativa 00780/2021-2 (evento 63), instruída pelas peças complementares 33054/2021-9, 33055/2021-3, 33056/2021-8, 33057/2021-2, 33058/2021-7, 33059/2021-1 33060/2021-4, respectivamente aos eventos 64 a 70, quanto aos achados descritos no RT 183/2021-1 e, em 14/07/2021, quanto as irregularidades apontadas no RT 184/2021-4, a defesa 00807/2021-8 (evento 71) e documentos compreendidos entres os eventos 72 a 111

Na sequência, após certificação da tempestividade da defesa apresentada (Despacho 29510/2021-1), os autos foram encaminhados ao Núcleo de Controle Externo de Contabilidade – NCONTAS para análise técnica, que elaborou a

Instrução Técnica Conclusiva ITC 04219/2021-1 (evento 115), opinando, no que tange ao aspecto técnico-contábil e do que consta nos autos, por recomendar ao Poder Legislativo de Iconha a **APROVAÇÃO COM RESSALVA** da Prestação de Contas Anual, exercício de 2019, do senhor João Paganini, além de sugerir ser expedida determinação e recomendação, fazendo-o nos termos abaixo:

## **7 CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO**

Foi examinada a Prestação de Contas Anual relativa à Prefeitura Municipal de Iconha, exercício de 2019, formalizada de acordo com a IN 43/2017, e conforme escopo definido na Resolução TC 297/2016 e alterações posteriores.

Apontados indicativos de irregularidades no RT 183/2021 e no RT 184/2021, assegurou-se ao responsável indicado o direito ao contraditório e à ampla defesa, observado, portanto, o devido processo legal.

Quanto ao aspecto técnico-contábil e o disposto na legislação pertinente, opina-se no sentido de que este Egrégio Tribunal de Contas emita PARECER PRÉVIO, dirigido à Câmara Municipal de Iconha, recomendando a **APROVAÇÃO COM RESSALVA** da prestação de contas anual do **Sr. João Paganini**, prefeito do município de **Iconha** no exercício 2019, na forma do art. 80 da Lei Complementar 621/2012,

Sugere-se, ainda, emissão de **DETERMINAÇÃO** ao atual gestor para que adote, em observância ao parágrafo único do art. 8º da LC 101/2020, práticas de controle e evidenciação dos registros e resultados por fontes de recursos; e **RECOMENDAÇÃO** para que aprimore os procedimentos de controle a fim de dirimir divergências entre prestações mensais e anual (IN 68/2020).

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas, através do Parecer 06012/2021-8 (evento 119) discordou da proposta contida na ITC 04219/2021-1, tendo opinado pela rejeição das contas do Executivo Municipal de Iconha, referente ao ano de 2019, sob a responsabilidade do Srº João Paganini.

Após a manifestação do Ministério Público de Contas, vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

## **2 – FUNDAMENTAÇÃO**

O exame das presentes contas se dá em cumprimento ao art. 71, inciso II, da Constituição Estadual, c/c art. 71, inciso I, da Constituição Federal e art. 76 e seguintes da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES).

Nos termos do art. 122, § 4º do Regimento Interno do TCEES, as contas do Prefeito Municipal são compostas pelo Balanço Geral do Município e demais documentos e informações exigidos em ato normativo do Tribunal, que no exercício em apreciação - 2019, encontra-se normatizado pela Instrução Normativa 43/2017, consolidando as contas das unidades gestoras: Fundo Municipal de Saúde de Santa Maria de Iconha; Prefeitura Municipal de Iconha; Câmara Municipal de Iconha e Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha.

Considerando que essas contas individuais serão julgadas posteriormente, pode haver erros e irregularidades não detectados no nível consolidado que venham a ser constatados e julgados no futuro, em atendimento ao que dispõe o art. 71, inciso II, da Constituição Federal e art. 71, III da Constituição Estadual.

O exame das contas dos Prefeitos, chefes do executivo municipal, é tarefa nobre, complexa e abrangente atribuída constitucionalmente<sup>1</sup> às Cortes de Contas, na medida que, por meio do parecer prévio subsidia a Câmara Municipal com elementos técnicos para que este Poder emita seu julgamento e, assim, exerça o controle externo a ela atribuído pelas Constituições<sup>2</sup> Federal e Estadual e pela respectiva Lei Orgânica Municipal.

Em cumprimento ao seu mandato constitucional e legal, e conforme estabelecem o *caput* e § 1º do art. 124 do Regimento Interno do TCEES, o parecer prévio consiste em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal havida no exercício, devendo demonstrar se o balanço geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro, se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública, bem como a observância dos princípios constitucionais e legais que regem a Administração Pública, concluindo pela aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição das contas.

---

<sup>1</sup>A Constituição da República do Brasil de 1988 e, conseqüentemente, a Constituição do Estado do Espírito Santo de 1989, reservaram ao Tribunal de Contas posição de relevo, dotando-o de amplas atribuições fiscalizadoras. Inserido no Título IV - Da Organização dos Poderes, Capítulo I - Do Poder Legislativo, e na Seção VI - Da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial, o artigo 71 da Constituição do Estado do Espírito Santo define as competências do Tribunal de Contas e estabelece que o Controle Externo será exercido com o seu auxílio.

<sup>2</sup> Art. 31 da Constituição Federal de 1988; art. 29 da Constituição Estadual.

Saliente-se que a opinião pela aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição se fundamenta nos critérios dispostos no art. 80 da Lei Orgânica do TCEES (LC 621/2012):

I - pela aprovação das contas, quando ficar demonstrada, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a compatibilidade dos planos e programas de trabalho com os resultados da execução orçamentária, a correta realocação dos créditos orçamentários e o cumprimento das normas constitucionais e legais;

II - pela aprovação das contas com ressalva, quando ficar caracterizada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário, sendo que eventuais determinações serão objeto de monitoramento pelo Tribunal;

III - pela rejeição das contas, quando comprovada grave infração à norma constitucional, legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.

A Prestação de Contas Anual reflete ainda, a atuação do chefe do Poder Executivo municipal no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas, em respeito aos programas, projetos e atividades estabelecidos pelos instrumentos de planejamento aprovados pelo Legislativo municipal, quais sejam: o Plano Plurianual de Investimento, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual; bem como, em respeito às diretrizes e metas fiscais estabelecidas e às disposições constitucionais e legais aplicáveis.

As contas consolidadas foram objeto de análise pelos auditores de controle externo que subscrevem os Relatórios Técnicos (RTs), com vistas à apreciação e à emissão do parecer prévio que subsidiará o julgamento da prestação de contas anual do prefeito pelo Poder Legislativo municipal.

A análise do processo sob apreciação pode ser consultada nos respectivos Relatórios Técnicos que compõe a presente Prestação de Contas Anual.

- a) Relatório Técnico Contábil RT 00065/2021-9 - referente à condução da política previdenciária no exercício de 2019;
- b) Relatório Técnico Contábil RT 00183/2021-1 – que avalia a atuação do chefe do Poder Executivo Municipal e
- c) Relatório Técnico Contábil RT 00184/2021-4 – constante do Processo TC 02767/2020-8, apensado a estes autos.

Considerando o comando regimental, a análise da Prestação de Contas do Exercício de 2019 observou o escopo delimitado por meio da Resolução TC 297/2016 e alterações posteriores.

Pois bem.

No caso em tela, o Relatório Técnico 00065/2021-9 não evidenciou nenhuma irregularidade, enquanto os Relatórios Técnicos 00183/2021-1 e 00184/2021-4, este elaborado junto ao TC 02931/2020-5, corroborados pela Instrução Técnica Inicial ITI 00162/2021-8, apontaram 4 (quatro) indicativos de irregularidades nas prestações de contas, de maneira que as defesas/justificativas apresentadas pelo responsável trouxeram maiores esclarecimentos em relação aos achados.

Assim, as justificativas apresentadas possibilitaram o afastamento de 3 (três) indicativos de irregularidades, contudo, no que se refere ao indicativo “Abertura de créditos adicionais suplementares sem fonte de recurso” (item 4.1.1 do RT 00183/2021-1), o corpo técnico consignou que *“a irregularidade em questão, decorre da deficiência do município no controle da movimentação financeira por fonte/destinação de recursos, tendo em vista que potenciais fontes de recursos para abertura de créditos suplementares, embora existentes, não foram devidamente verificadas”* e, à vista disso, sugeriu a manutenção do indicativo de irregularidade, porém passível de ressalvas, além sugerir a expedição de determinação e recomendação.

O *Parquet* de Contas, por sua vez, ao discordar parcialmente do entendimento exarado junto à Instrução Técnica Conclusiva, quanto ao item 4.1.1 do RT 00183/2021-1, opina pela rejeição das contas, sob a premissa de que argumento de que ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento configura ato de improbidade administrativa e, portanto, evidente a prática de grave infração pelo Prefeito Municipal de Iconha, que gerou risco ao equilíbrio fiscal do município.

Nessa esteira, diante de tudo que foi exposto, entendo por bem acompanhar as razões lançadas na **Instrução Técnica Conclusiva ITC 04219/2021-1**, pelos próprios fundamentos de fatos e de direito, que ora reproduzo:

## **1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

Procede-se à elaboração da Instrução Técnica Conclusiva da Prestação de Contas Anual - Governo (TC 2934/2020) e Gestão (TC 2931/2020), pertinente à Prefeitura Municipal de Iconha, exercício de 2019, sob a responsabilidade do Prefeito João Paganini.

A Prestação de Contas Anual - Governo (TC 2934/2020), exercício 2019, foi analisada através do Relatório Técnico que apontou indicativos de irregularidades e, em razão da Decisão Plenária nº 15/2020, também foi dada a oitiva ao responsável, tendo em vista a repercussão nestes autos das irregularidades remanescentes do processo de gestão (TC 2931/2020 apenso), mediante a ITI nº 162/2021 (pç. 56).

O responsável foi notificado (Termo de Notificação 740/2021, pç. 58) nos termos da Decisão SEGEX 214/2021 (pç. 57), e protocolou resposta tempestivamente, na forma da Defesa Justificativa 780/2021, acompanhada das Peças Complementares 33054 a 33059/2021 (peças 63 a 70), com posterior juntada da Defesa Justificativa 807/2021, acompanhada das Peças Complementares 33191 a 33230/2021 (peças 71 a 111).

Na sequência vieram os autos a este núcleo para a devida instrução técnica, que segue abaixo:

## **2 DOS INDICATIVOS DE IRREGULARIDADE (ITI 162/2021)**

### **2.1 RELATÓRIO TÉCNICO Nº 183/2021 (TC 2934/2020)**

#### **2.1.1 Abertura de créditos adicionais suplementares sem fonte de recurso (item 4.1.1, RT 183/2021)**

**Base Normativa:** art. 43 da Lei Complementar 4.320/64.

Conforme o item 4.1.1, RT 183/2021 abaixo transcrito:

Conforme tabela 04 anterior, constatou-se abertura de créditos adicionais proveniente de excesso de arrecadação nas fontes 001 e 213, sem que houvesse saldo suficiente para tanto, inobservando o art. 43 da Lei Complementar 4.320/64.

Desta forma, sugere-se **notificar** o responsável para que apresente as justificativas que entender necessárias, acompanhada de documentação probatória.

**JUSTIFICATIVA:** Conforme a Defesa Justificativa 780/2021 (p. 2-3):

O relatório nº 183/2021 expressou no item mencionado que conforme tabela 04 anterior, constatou-se abertura de créditos adicionais proveniente de excesso de arrecadação nas fontes 001 e 213, sem que houvesse saldo suficiente para tanto, inobservando o art. 43 da Lei Complementar 4.320/64.

Desta forma, sugeriu notificar o responsável para que apresente as justificativas que entender necessárias, acompanhada de documentação probatória.

O Relatório Técnico citado apresentou na tabela 04 abertura de créditos adicionais proveniente de excesso de arrecadação nas **fontes 001 e 213, Recursos Ordinários e Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS** provenientes do Governo Estadual, respectivamente, sem que houvesse saldo suficiente para tanto, inobservando o art. 43 da Lei Complementar nº 4.320/64, conforme abaixo:

Fonte	DEMCAD		BALANCETE RECEITA		BALPAT	
	Abertura de Créditos Adicionais		Excesso de Arrecadação		Superávit Financeiro do Exercício Anterior	
	Excesso	Superávit	Apurado	Insuficiência	Apurado	Suficiência
001	2.897.244,91	303.024,25	2.207.677,04	-689.567,87	2.466.025,06	2.163.000,81
213	170.000,00	0,00	133.825,36	-36.174,64	0,00	0,00

Confirmando que realmente ocorreu as insuficiências decorrentes das suplementações por excesso nas fontes apresentadas no quadro acima, porém solicito reconsiderar os lançamentos devido aos Balancetes das Despesas do Município, ter sido fechado no exercício de 2019 com saldo de dotação R\$ 1.214.346,64, sendo que na Unidade Gestora Prefeitura, o saldo de dotação foi de R\$ 693.295,06, bem como, o saldo de Superávit do Exercício Anterior correspondente a R\$ 2.163.000,81.

Sendo assim, verifica-se que o **saldo da insuficiência de créditos adicionais por excesso de arrecadação** apurado de R\$ 689.567,87 na Fonte 001 Recursos Ordinários poderia ser **suplementado por anulação de dotação** usando o Saldo de Dotação tanto do Balancete da Despesa Consolidado de **R\$ 1.214.346,64**, quanto do Balancete da Despesa da Prefeitura de **R\$ 693.295,06**, bem como, também poderia ser suplementado por superávit do saldo suficiente de R\$ 2.163.000,81, tanto do Balanço Patrimonial Consolidado, quanto do Balanço Patrimonial da Prefeitura que totalizou R\$ 2.160.393,17, sendo que no caso de suplementação por superávit o Município ainda usa da prerrogativa dos art. 6º e 7º, inciso I, alínea a da Lei Orçamentária Anual nº 1061/2018, conforme transcrito abaixo:

*Art. 6º Fica o Poder Legislativo e o Poder Executivo, bem como o Instituto de Previdência Municipal – IPASIC e o SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto, autorizado a efetuar 50% (cinquenta por cento) de abertura dos créditos suplementares e especiais, para cobrir insuficiências em outras dotações, considerando como Fonte de Recursos as definidas pelo Artigo 43 da Lei 4.320/64, com seus parágrafos e incisos e o Parecer*



*Consulta 028/2004 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (Recursos de Convênios).*

*Parágrafo Único. O remanejamento de saldos de dotações e excesso de arrecadação referido no caput deste artigo poderá ser realizado entre Unidades Gestoras para Suplementação de outra Unidade Gestora ou Anulação de outra Unidade Gestora.*

*Art. 7º - Ficam excluídos do limite previsto no Art. 6º desta Lei:*

*I – Os créditos adicionais suplementares:*

*a) Abertos à conta de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior nos termos do Art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;*

Diante dos fatos apresentados, nota-se nitidamente que não houve intenção de burlar ou mesmo suplementar dotações de fontes insuficientes, pois o Município possuía saldo suficiente tanto no saldo do dotações, quanto no superávit de exercício anterior, sendo ainda que o Município apresentou um Superávit Orçamentário no valor de R\$ 3.241.463,55, resultado da diferença positiva da Receita Arrecadada de R\$ 56.851.039,12 e a Despesa Empenhada de R\$ 53.609.575,57.

Referente à **Fonte 213**, o quadro aponta suplementação por excesso de arrecadação **insuficiente no valor de R\$ 36.174,64** realizado pela Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde, porém o referido órgão encerrou o exercício de 2019 com **saldo de dotação** no Balancete da Despesa no valor de **R\$ 271.520,11**, ou seja, saldo suficiente que poderia ser usado para suplementar o valor de R\$ 36.174,64, sendo assim verifica-se que não houve má fé, dolo, ou mesmo prejuízo nos resultados apresentados na Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Saúde e tampouco na Prestação de Contas Anual do Município de Iconha.

Seguem em anexo documento comprobatório e solicitamos ao TCEES a juntada ao processo TC 2931/2020 (Balancetes das Despesas da UG Prefeitura, Consolidado e Fundo Municipal de Saúde, Balanço Patrimonial da UG Prefeitura e Consolidado, Lei Municipal nº 1061/2018 - LOA 2019).

Considerando que o Município de Iconha, tanto nas Unidades Gestoras Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde terem apresentados saldos suficientes para suplementações de dotações nas fontes de recursos 001 e 213, respectivamente, conforme comprovado acima, bem como, não ter havido má fé, dolo, e muito menos, dano ao erário público, e considerando também que os resultados apresentados nas demonstrações

contábeis do município não foram prejudicados, solicito que considere as justificativas apresentadas. *[Sic]*

**ANÁLISE:** Este indicativo refere-se a abertura de créditos adicionais proveniente de excesso de arrecadação nas fontes 001 e 213, sem que houvesse saldo suficiente para tanto, conforme abaixo demonstrado:

DEMCAD		BALANCETE RECEITA	
Fontes de Recursos	Abertura de Créditos Adicionais	Excesso de Arrecadação	
	Excesso de Arrecadação (a)	Apurado (c)	Suficiência/ Insuficiência (d) = (c) – (a)
001 - Recursos Ordinários	2.897.244,91	2.207.677,04	-689.567,87
213 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	170.000,00	133.825,36	-36.174,64

houve a ocorrência das insuficiências decorrentes das suplementações por excesso de arrecadação.

Solicitou, no entanto, que o apontamento em questão seja reconsiderado, devido aos Balancetes das Despesas do Município, terem sido fechados no exercício de 2019 com saldo de dotação R\$ 1.214.346,64, sendo que na Unidade Gestora Prefeitura, o saldo de dotação foi de R\$ 693.295,06, bem como, o saldo de Superávit do Exercício Anterior correspondente a R\$ 2.163.000,81.

De acordo com a defesa, o saldo da insuficiência de créditos adicionais por excesso de arrecadação apurado de R\$ 689.567,87 na **fonte 001 Recursos Ordinários** poderia ser suplementado por anulação de dotação usando o Saldo de Dotação tanto do Balancete da Despesa Consolidado de R\$ 1.214.346,64, quanto do Balancete da Despesa da Prefeitura de R\$ 693.295,06, bem como, também poderia ser suplementado por superávit do saldo suficiente de R\$ 2.163.000,81 (art. 6º e 7º, I, alínea a da Lei Orçamentária Anual nº 1061/2018), tanto do Balanço Patrimonial Consolidado, quanto do Balanço Patrimonial da Prefeitura que totalizou R\$ 2.160.393,17.

Quanto à **fonte 213 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual**, cuja insuficiência no excesso de arrecadação para suplementação realizada pela Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde foi de R\$ 36.174,64, e que, segundo a defesa, encerrou o exercício de 2019 com saldo de dotação no Balancete da Despesa no valor de R\$ 271.520,11, ou seja, saldo suficiente que poderia ser usado para suplementar o valor de R\$ 36.174,64.

Afirmou, ainda, que não houve intenção de burlar ou mesmo suplementar dotações de fontes insuficientes, pois o Município possuía saldo suficiente tanto no saldo do dotações (fontes 001 e 213), quanto no superávit de exercício anterior (fonte 001), sendo ainda que o Município apresentou um Superávit Orçamentário no valor de R\$ 3.241.463,55, e, não houve prejuízo nos resultados apresentados na Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Saúde e tampouco na Prestação de Contas Anual do Município de Iconha. E encaminhou para fins de comprovação as Peças Complementares 33054 a 33060 (pç. 64 - 70).

Conforme justificativa da defesa, o município poderia ter efetuado as suplementações questionadas utilizando outras fontes de recursos disponíveis, anulação de dotação ou superávit financeiro do exercício anterior, conforme o caso. Observa-se, portanto, que a irregularidade em questão, decorre da deficiência do município no controle da movimentação financeira por fonte/destinação de recursos, tendo em vista que potenciais fontes de recursos para abertura de créditos suplementares, embora existentes, não foram devidamente verificadas.

Realça-se, que conforme orientação no MCASP: Fonte de Recursos é o mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa, e que o controle das disponibilidades financeiras por fonte/destinação de recursos deve ser feito desde a elaboração do orçamento até a sua execução, incluindo o ingresso, o comprometimento e a saída dos recursos orçamentários<sup>3</sup>. Entende-se, portanto, que tal controle torna-se condição indispensável ao atendimento ao artigo 8 da LRF<sup>3</sup>:

## **5. FONTE / DESTINAÇÃO DE RECURSOS**

### **5.1. CONCEITO**

(...)

Como mecanismo integrador entre a receita e a despesa, o código de fonte/destinação de recursos exerce um duplo papel no processo

---

<sup>3</sup> MCASP – 7ª Edição - PARTE: I. Capítulo 5. p. 135. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br>

orçamentário. Para a receita orçamentária, esse código tem a finalidade de indicar a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas orçamentárias. Para a despesa orçamentária, identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados.

Assim, mesmo código utilizado para controle das destinações da receita orçamentária também é utilizado na despesa, para controle das fontes financiadoras da despesa orçamentária. Desta forma, **este mecanismo contribui para o atendimento do parágrafo único do art. 8º da LRF e o art. 50, inciso I da mesma Lei:**

Art. 8º [...]

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.”

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

I – a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;

Ante à análise procedida, sugere-se **manter** este indicativo de irregularidade, porém **passível de ressalva**, e expedir **DETERMINAÇÃO** para que a administração passe a adotar nos próximos exercícios, em observância ao parágrafo único do art. 8º da LC 101/2000, práticas de controle e evidenciação das fontes de recursos, nos termos do Anexo 05 do Relatório de Gestão Fiscal - Manual dos Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional.

#### **2.1.2 Resultado Financeiro das Fontes de Recursos evidenciado no Balanço Patrimonial é inconsistente em relação aos demais Demonstrativos Contábeis (Item 6.2 RT 183/2021)**

Base Normativa: artigos 83, 84 e 89 da Lei Federal nº 4.320/64.

Conforme o item 6.2, RT 183/2021 abaixo transcrito:

Com base no Balanço Patrimonial encaminhado (arquivo digital BALPAT), verificou-se incompatibilidade nos resultados financeiros das fontes de recursos evidenciados, conforme se demonstra:

Fonte	Resultado Financeiro		
	Anexo 5 (A)	BALPAT (B)	Diferença (A - B)
001 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.113.025,82	2.482.108,79	630.917,03
111 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	5.754,54	8.189,16	-2.434,62
113 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (40%)	8,91	111.184,95	-111.176,04
120 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	68.374,40	76.876,91	-8.502,51
121 - TRANSF. DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)	1.906,38	1.894,43	11,95
122 - TRANSF. DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	5.971,98	6.981,95	-1.009,97
123 - TRANSF. DE RECUR. DO FNDE REFERENTES AO PROG. NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNAE)	10.044,95	3.058,30	6.986,65
124 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE	120.967,49	39.608,37	81.359,11
150 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP. - EDUCAÇÃO - REMUN. DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	3.479,78		3.479,78
151 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS (40% + 60%)	9.448,46		9.448,46
190 - OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	473.926,20	481.508,57	-7.582,37
211 - RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	137.716,60	215.141,77	-77.425,17
212 - TRANSF. FUNDO A FUNDO RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Custeio das Ações e Serv. Púb. de Saúde)	1.122.058,46	1.001.264,90	120.793,56
213 - TRANSF. FUNDO A FUNDO RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Invest. na Rede de Serv. Púb. de Saúde)	232.091,08	364.889,81	-132.798,73
214 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL	6.494,60	62.600,91	-56.106,31
311 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	369.293,55	208.220,73	161.072,82
390 - OUTROS RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL - DEMAIS RECURSOS	377.608,52	130.543,13	247.065,39
410 - RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - PLANO PREVIDENCIÁRIO	494.608,99	35.340.292,09	-34.845.683,10
510 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	687.384,85	655.929,83	31.455,02
520 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS	685.542,19	488.787,60	196.754,59
530 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE ROYALTIES DO PETRÓLEO	691.190,99	1.022.978,41	-331.787,42
540 - TRANSFERÊNCIA DOS ESTADOS REFERENTE ROYALTIES DO PETRÓLEO	369.830,97	1.077.397,58	-707.566,61
620 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	689.966,00	778.186,22	-88.220,22
990 - OUTRAS DESTINAÇÕES VINCULADAS DE RECURSOS	-3.597,22	462,17	-4.059,39

O resultado acima é inconsistente com o apurado por este TCEES, por meio do Anexo 5 da RGF, Tabela 35 deste relatório, tendo como base o Termo de Verificação de Disponibilidades, Relação de Restos a Pagar e Demonstração da Dívida Flutuante. Embora o conceito utilizado na elaboração do Anexo 5 difira do utilizado na apuração do resultado financeiro, foi possível identificar a incoerência.

Cabe registrar que, nos termos do parágrafo único, do art. 8º, da Lei Complementar 101/00, os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Diante do apresentado, propõe-se **notificar** o Prefeito para que apresente as justificativas e/ou documentos que esclareçam este indicativo de irregularidade.

**JUSTIFICATIVA:** Conforme a Defesa Justificativa 780/2021 (p. 3-9), parcialmente transcrito:

Com base no Balanço Patrimonial encaminhado (arquivo digital encaminhado Balpat), verificou-se incompatibilidade nos resultados financeiros das fontes de recursos evidenciados.

O Relatório Técnico comparou os valores demonstrados no Balanço Patrimonial com o Anexo 5 - RGF - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, sendo que os valores apresentados no Balanço Patrimonial do Município estão corretos e o Anexo 5 da RGF foi gerado automático pelo Sistema CidadES, sendo esse relatório da Gestão Fiscal gerado pela primeira vez na competência do exercício de 2019 pelo Tribunal de Contas, utilizando-se do conta corrente das contas contábeis, ocorrendo a possibilidade de erro pelo sistema na tabulação de dados.

Reintero a informação que os Saldos dos Superávits Financeiro do Balanço Patrimonial encaminhado por este Município estão corretos, total de R\$ 44.789.182,32, e que este saldo confere com as demais demonstrações

contábeis do Município, refletindo inclusive de forma positiva nos resultados alcançados na gestão do exercício de 2019.

Importante ressaltar que o Município cumpriu o prazo de publicação dos Relatórios da Execução Orçamentária e Gestão Fiscal do Exercício de 2019, ou seja, publicando o Anexo 5 - RGF - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar no portal da transparência do município no seguinte link:

<https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1888/arquivos/A6A76A469C55A51AA2ED27F7EBBA48E6.pdf>

Abaixo segue o quadro demonstrando o saldo de cada fonte de recursos no Balanço Patrimonial, bem como, o saldo do Anexo 5 da RGF publicado no portal da transparência, ambos consolidados do Município de Iconha:

FONTE	Resultado Financeiro		Diferença
	Balpat	Anexo V	
001 - Recursos Ordinários	2.482.108,79	2.490.510,90	-8.402,11
111 - Receita de Impostos Educação	8.189,16	8.044,20	144,96
113 - Transferências do Fundeb (40%)	111.184,95	111.184,95	0,00
120 - Transferência do Salário Educação	76.876,91	0,00	0,00
121 - Transf. de Recursos do FNDE - PDDE	1.894,43	0,00	0,00
122 - Transf. de Recursos do FNDE - PNAE	6.981,95	0,00	0,00
123 - Transf. de Recursos do FNDE - PNATE	3.058,30	0,00	0,00
124 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	39.608,37	0,00	0,00
150 - Receita de Impostos Educação Remuneração	0,00	0,00	0,00
151 - Transf. do Fundeb Remuneração Depósitos Banc	0,00	0,00	0,00
190 - Outros Recursos Vinculados a Educação	481.508,57	609.928,53	0,00
211 - Receita de Impostos e Transf. Saúde	215.141,77	207.453,48	7.688,29
212 - Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS Federal - Custeio	1.001.264,90	0,00	0,00
213 - Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS Federal - Invest	364.889,81	0,00	0,00
214 - Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS Governo Estadual	62.600,91	1.428.318,22	437,40
311 - Transf. de Rec. do Fundo Nacional de A. Social	208.220,73	0,00	0,00
390 - Outros Recursos Vinculados a Assist. Social	130.543,13	338.763,86	0,00
410 - Rec. Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	35.340.292,09	0,00	0,00
430 - Rec. Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	89.565,40	35.429.857,49	0,00
510 - Outras Transf. de Convênio da União	655.929,83	655.929,83	0,00
520 - Outras Transf. de Convênios dos Estados	486.787,60	486.787,60	0,00
530 - Transf. da União referente a Royalties do Petróleo	1.022.978,41	1.022.846,95	131,46
540 - Transf. dos Estados referente a Royalties do Petróleo	1.077.397,58	1.077.397,58	0,00
610 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	2.173,43	2.173,43	0,00
620 - Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública	778.186,22	778.186,22	0,00
930 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos	141.336,91	141.336,91	0,00
990 - Outras Destinações vinculadas de Recursos	462,17	462,17	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>44.789.182,32</b>	<b>44.789.182,32</b>	<b>0,00</b>

Observa-se que os saldos totais do superávit patrimonial conferem em ambos os demonstrativos apresentados, apenas uma divergência por fonte de recursos no montante de R\$ 8.402,11, correspondente a 0,01% do total do superávit de R\$ 44.789.182,32, sendo que conforme relatado no próprio

Relatório Técnico do Tribunal de Contas, o conceito utilizado na elaboração do resultado financeiro do Anexo V difere do Balanço Patrimonial.

Considerando que o Município cumpriu todos os limites constitucionais, todos os prazos legais, e que a diferença demonstrada acima não causou prejuízo nos resultados finais positivos nas demonstrações contábeis obtidos na gestão do Município de Iconha, no exercício de 2019, bem como, não ter havido, dolo, má fé e muito menos, dano ao erário público, e considerando ainda que a diferença detectada corresponde apenas 0,01% do montante do superávit patrimonial, solicito que sejam acatadas as justificativas apresentadas. Entendo como relevante apresentar uns destaque extraídos do Relatório Técnico 183/2021-1, para melhor embasar as justificativas apresentadas.

Entendo como relevante apresentar uns destaque extraídos do Relatório Técnico 183/2021-1, para melhor embasar as justificativas apresentadas:

(...)

E apenas para confirmar meu compromisso com a Gestão Pública do Município de Iconha, apresento a seguir o levantamento acerca das contas sob minha gestão desde 2013, relativo ao primeiro mandato como gestor público.

#### CONTAS DO PREFEITO – GOVERNO – CONSOLIDADO

PROC. TCEES Nº	RESULTADO DA AVALIAÇÃO TCE-ES
TC-2448/2014 - PARECER PRÉVIO TC-068/2015 Contas 2013	Aprovação sem ressalva
TC-3602/2015 - PARECER PRÉVIO TC-092/2016 Publicado em 06.03.2017 - Contas 2014	Aprovação sem ressalva
TC-3757/2016 - PARECER PRÉVIO TC-020/2017 Contas 2015	Aprovação sem ressalva
TC-5142/2017 – Parecer Prévio 00035/2018-8 Contas 2016	Aprovação sem ressalva
TC-3723/2018 -5 Parecer Prévio 0015/2020-2 Contas 2017	Aprovação sem ressalva
TC-08678/2019 -1 Parecer Prévio 0057/2020-6 Contas 2018	Aprovação sem ressalva

#### CONTAS DO PREFEITO – GESTÃO

PROC. TCEES Nº	RESULTADO DA AVALIAÇÃO TCE-ES
TC – 2449/2014- ACÓRDÃO TC-1762/2015 Contas 2013	Julgou regular sem ressalva
TC – 3603/2015 -ACÓRDÃO TC-761/2017 Contas 2014	Julgou regular com ressalva
TC – 3850/2016- ACÓRDÃO TC-586/2017 Contas 2015	Julgou regular sem ressalva
TC-5143/2017 - A CÓRDÃO TC-1495/2017 Contas 2016	Julgou regular sem ressalva

[Sic]

**ANÁLISE:** Este indicativo trata de inconsistência apurada entre o Resultado Financeiro das Fontes de Recursos evidenciado no Balanço Patrimonial em relação aos demais Demonstrativos Contábeis.

Segundo a defesa, os saldos evidenciados no Balanço Patrimonial encaminhado por este Município estão corretos e em conformidade com as demais demonstrações contábeis do município.

Ainda, segundo a defesa, as inconsistências decorreram da geração automática pelo Sistema CidadES, do Anexo 5 da RGF, realizada dessa forma pela primeira vez na competência do exercício de 2019 pelo Tribunal de Contas, utilizando-se do conta corrente das contas contábeis, ocorrendo a possibilidade de erro pelo sistema na tabulação de dados. E, afirmou que os saldos totais do superávit patrimonial conferem entre Balanço Patrimonial e o Anexo V da RGF publicado no portal da transparência, existindo apenas uma divergência por fonte de recursos no montante de R\$ 8.402,11, correspondente a 0,01% do total do superávit de R\$ 44.789.182,32.

A defesa declarou que cumpriu os prazos de publicação dos Relatórios da Execução Orçamentária e Gestão Fiscal do Exercício de 2019 e que, cumpriu todos os limites constitucionais, além de todos os prazos legais, e que a diferença demonstrada acima não causou prejuízo nos resultados positivos das demonstrações contábeis obtidos na gestão do município de Iconha.

Cabe ressaltar que Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar foi apurado tendo como fonte os Demonstrativos de Gestão Fiscal constantes das prestações de contas mensais encaminhadas pelo jurisdicionado.

Especificamente neste exercício financeiro, tendo em vista que na apuração dos dados da Tabela 35 do RT (Anexo 5) foram considerados os valores informados nas contas correntes (BALANCORR) da PCM 13/2019, armazenados no CidadES, e não os valores contidos nos anexos encaminhados na PCA no formato .xml, a elaboração da Tabela 35 restou prejudicada, pois a mesma apresenta dados divergentes. Ademais, tendo em vista a alteração ocorrida na codificação das fontes, a convergência de denominação (*de-para*) não foi realizada corretamente, acarretando no registro indevido de disponibilidades e de restos a pagar em fonte de recurso diversa à de origem.

Sendo assim, optou-se por rever a disponibilidade bruta do anexo 5, e não foi identificada a permanência de divergências relevantes.

Além disso, em consulta ao link: <https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1888/arquivos/A6A76A469C55A51AA2ED27F7EBBA48E6.pdf>, em confronto com os saldos evidenciados no Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial,



constata-se que, conforme alegado pela defesa, o saldo total apresentado no Balanço Patrimonial é compatível com o saldo apresentado no RGF – Anexo 5, 2º Semestre de 2019 Consolidado do município de Iconha publicado.

Diante de todo o exposto, considerando-se a adequação do saldo total evidenciado no Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial/2019, com o saldo total apresentado no RGF – Anexo 5 referente ao 2º Semestre de 2019 Consolidado publicado pelo município de Iconha sugere-se, **afastar** este indicativo de irregularidade.

## 2.2 RELATÓRIO TÉCNICO Nº 184/2021 (TC 2931/2020)

### 2.2.1 Ausência de extratos bancários (item 3.3.1.1, RT 184/2021)

**Base Normativa:** Instrução Normativa 43/2017 e artigos 85 e 89 da Lei 4320/1964.

Conforme o item 3.3.1.1, RT 184/2021 abaixo transcrito:

Da conciliação entre os registros constantes dos extratos bancários e contábeis, no encerramento do exercício financeiro de 2019, relativos às disponibilidades financeiras em conta corrente/aplicação, verifica-se que as demonstrações contábeis não refletem adequadamente os saldos constantes dos extratos bancários:

- Não foram apresentados extratos bancários de dezembro de 2019, relativos às contas correntes Banestes, ag. 169, ns. 2317346, 2393313, 2441311 e 2872230;
- Não foram apresentados extratos bancários de dezembro de 2019, relativos às aplicações financeiras vinculadas às contas correntes Banco do Brasil, ag. 4556, ns. 5552, 510245; Banestes, ag. 149, ns. 2317346, 2381924, 2393313, 2441311, 2872230; Caixa Econômica Federal, ag. 1836, ns. 672002;
- Embora tenha sido apresentado arquivo EXTBAN relativo à conta corrente Caixa Econômica Federal, ag. 1836, n. 647099, apontando para a ausência de saldo e movimentação no mês de dezembro/2019, este não declara objetivamente a ausência de saldo em eventuais aplicações financeiras vinculadas:

Informamos conforme solicitado, referente a conta 647099-5 mantida nesta agência 1836 por esta Prefeitura Municipal, que não houve movimentação em dezembro de 2019, saldo R\$ 0,00.

- Embora tenham sido apresentados arquivos EXTBAN relativos às contas correntes, bem como às suas respectivas aplicações vinculadas, da Caixa Econômica Federal, ag. 1836, ns. 6147, 647080, 647081, 647082, 647088, 647092, 647093, 647094, 647096, 7997 e 7998, apontando para a

ausência de movimentação no mês de dezembro/2019, estes não declaram objetivamente a ausência de saldo bancário em 31/12/2019:

Informamos, conforme solicitado, referente às contas e aplicações financeiras 647.080-4, 647.081-2, 647.092-8, 647.093-6, 647.082-0, 647.088-0, 647.096-0, 647.094-4, 6147-6, 7998-7 e 7997-9, mantidas nesta agência 1836 pelo Prefeitura Municipal de Iconha, que não houve movimentação em dezembro de 2019.

Portando, faz-se necessário que o gestor responsável apresente os documentos bancários faltantes relativos a dezembro de 2019, ainda que os saldos das referidas contas sejam iguais a R\$ 0,00, bem como que comprove a regularização das divergências, porventura remanescentes, no decorrer do exercício financeiro de 2020.

**JUSTIFICATIVA:** Conforme a Defesa Justificativa 807/2021 (p. 1-5), parcialmente transcrito:

(...) cabe informar que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente os saldos constantes nos extratos bancários, sendo que no Relatório Técnico 184/2021 foi apontado a ausência dos extratos das contas bancárias do **Banco Banestes Ag. 149** contas números **2317346-1, 2393313-8, 2441311-4 e 2872230-4** e os respectivos extratos das aplicações financeiras, na Prestação de Contas de Ordenador de 2019, porém os saldos de todas as contas bancárias citadas acima, são R\$ 0,00 (zero), inclusive os saldos das aplicações financeiras, conforme pode ser verificado no arquivo enviado **Termo de Verificação das Disponibilidades**, disponível no site do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, através de consulta ao Processo da Prestação de Contas de Ordenador de Despesa nº 2931/2020, sendo o total apresentado no referido termo das disponibilidades, **R\$ 6.793.119,31**, bem como consta, no **Balanco Financeiro**, saldo para o exercício seguinte, montante no **mesmo valor**.

No envio da Prestação de Contas Anual do Exercício de 2019, o Município de Iconha já tinha feito a adesão ao Acordo de Cooperação entre Tribunal de Contas e Banco Banestes, visando a transmissão periódica e automatizada dos extratos bancários com saldos e movimentos das contas bancárias dos aderentes, o que não justifica a ausência do envio dos referidos extratos citados no Relatório Técnico nº 184/2021, mesmo porque, tanto o Sistema Informatizado de Contabilidade da Prefeitura usado para a geração da Prestação de Contas quanto o Sistema CidadES do TCE, foram adequados de forma a filtrar quaisquer impeditivas e/ou inconsistências, objetivando quaisquer tipos de ausência de informações de extratos bancários do Banco Banestes, pois o referido Acordo de Cooperação, visa exatamente a transparência, a fidedignidade e a facilidade da comunicação da informação necessária à prestação de contas do município junto ao TCE,

ou seja, a Prefeitura em momento algum se absteve da transparência e consistência da informação das demonstrações contábeis compatíveis com os saldos constantes nos extratos bancários.

Mesmo assim, para que seja atendido ao solicitado seguem em anexos documentos comprobatórios e solicitamos ao TCEES a juntada ao processo TC 2931/2020 (Extratos Bancários das contas 2317346-1, 2393313-8, 2441311-4, 2872230-4 e respectivas aplicações financeiras).

Referente a ausência dos Extratos Bancários de Aplicações do Banco do Brasil, ag. 4556- X, contas 510245-6, 5552-2 e Caixa Econômica Federal, ag. 1836 conta 672002-9, informo que as mesmas **não possuem contas aplicações**, apenas conta movimento, conforme pode ser comprovado no Termo de Verificação das Disponibilidades, disponível no site do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, mesmo assim para fins de informações adicionais, providenciei as confirmações junto as respectivas instituições, Banco do Brasil e CEF informando a inexistência das referidas contas aplicações, sendo também que a conta bancária do Banco Banestes 2381924-6, não possui conta aplicação, apenas as contas correntes e de poupança, conforme consta no Termo de Verificação das Disponibilidades.

A conta aplicação da Caixa Econômica Federal, ag. 1836 conta 647099-5, ao observar o arquivo enviado, verifiquei que na declaração fornecida pela Caixa Econômica (**Ofício nº 02/2020 de 23/03/2020**) o gerente não mencionou tratar-se de conta aplicação, por esse motivo estou enviando nova declaração (**Ofício nº 012/2021 de 22/06/2021**), sendo o saldo da referida aplicação, R\$ 0,00 (zero).

Seguem em anexo documento comprobatório e solicitamos ao TCEES a juntada ao processo TC 2931/2020 (Extrato Bancário/Ofício da conta aplicação CEF, ag. 1836 conta 647099-5, Banco do Brasil conta 510245-6 e 5552-2 e Caixa Econômica Federal conta 672002-9 (**Ofício nº 013/2021 de 22/06/2021**), Banco Banestes ag. 149 conta 2381924- 6).

Referente as contas correntes, bem como às suas respectivas aplicações vinculadas, da Caixa Econômica Federal, ag. 1836, números **6147-6, 647080-4, 647081-2, 647082-0, 647088-0, 647092-8, 647093-6, 647094-4, 647096-0, 7997-9, 7998-7**, foi apresentado arquivo através de Ofício nº 04/2020 de 23/03/2020 da Caixa Econômica Federal, informando que as referidas contas correntes e respectivas aplicações financeiras não tiveram movimentação em dezembro de 2019, porém verifiquei que no referido ofício realmente faltou a informação que os saldos das referidas contas são R\$ 0,00 (zero).

Por esse motivo, fiz nova solicitação ao referido Banco, bem como, a Prefeitura Municipal e obtive novo Ofícios de nºs 11, 12 e 13 - CEF, com as informações completas das referidas contas bancárias citadas no parágrafo anterior e reintero a consistências das informações das mesmas contendo saldos zerados, conferindo com o Termo de Verificação das Disponibilidades enviado na PCA de 2019.

Seguem em anexo documento comprobatório e solicitamos ao TCEES a juntada ao processo TC 2931/2020 (Ofícios contas correntes, bem como às suas respectivas aplicações vinculadas, da Caixa Econômica Federal, ag. 1836, números 6147-6, 647080- 4, 647081-2, 647082-0, 647088-0, 647092-8, 647093-6, 647094-4, 647096-0, 7997-9, 7998-7, -5).

Abaixo segue quadro das contas bancárias citadas no Relatório Técnico:

Banco	Agência	Conta	Saldos (R\$)	
			Corrente	Aplicação
Banestes	149	2317346-1	0,00	0,00
Banestes	149	2393313-8	0,00	0,00
Banestes	149	2441311-4	0,00	0,00
Banestes	149	2872230-4	0,00	0,00
Banco do Brasil	4556-X	510245-6	5,97	Não possui conta
Banco do Brasil	4556-X	5552-2	0,00	Não possui conta
CEF	1836	672002-9	0,00	Não possui conta
CEF	1836	674099-5	0,00	0,00
CEF	1836	6147-6*	Não possui	0,00
CEF	1836	647080-4	0,00	0,00
CEF	1836	647081-2	0,00	0,00
CEF	1836	647082-0	0,00	0,00
CEF	1836	647088-0	0,00	0,00
CEF	1836	647092-8	0,00	0,00
CEF	1836	647093-6	0,00	0,00
CEF	1836	647094-4	0,00	0,00
CEF	1836	647096-0	0,00	0,00
CEF	1836	7997-9*	Não possui	0,00
CEF	1836	7998-7*	Não possui	0,00

\*conta poupança.

Observar-se que as contas bancárias, em sua maioria apresentam saldos zerados, apenas uma possui o valor de R\$ 5,97, sendo que as contas correntes que não possuem aplicações, também não constam no Termo de Verificação das Disponibilidades, por esse motivo, não deveriam ser solicitados os respectivos extratos, pois o Termo de Verificação das Disponibilidades é o documento contábil legítimo que demonstra de forma fidedigna as referidas contas e os respectivos saldos da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Iconha.

Importante frisar que não houve dolo, má fé e muito menos, dano ao erário, bem como as informações contábeis não foram prejudicadas, devido as

ausências de determinadas informações apresentadas no Relatório Técnico nº 184/2021 referente aos Extratos Bancários, considerando que o Termo de Verificação das Disponibilidades apresentado na Prestação de Contas demonstra fidedignamente os saldos de todos os extratos de todas as contas bancárias da Prefeitura Municipal de Iconha.

Assim, requer que sejam juntados aos autos os documentos acima mencionados aptos a esclarecer qualquer dúvida quanto ao achado 3.3.1.1 do Relatório nº 0184/2020. *[Sic]*

**ANÁLISE:** Este indicativo de irregularidade é referente a ausência de extratos bancários.

A defesa, primeiramente afirmou que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente os saldos constantes nos extratos bancários. A seguir, alertou que por ocasião do envio Prestação de Contas Anual do Exercício de 2019 já tinha aderido ao Acordo de Cooperação entre Tribunal de Contas e Banco Banestes, visando a transmissão periódica e automatizada dos extratos bancários com saldos e movimentos das contas bancárias dos aderentes, o que não justificaria a ausência do envio dos referidos extratos, e alegou o envio dos extratos Banestes das contas 2317346-1, 2393313-8, 2441311-4, 2872230-4 e respectivas aplicações financeiras, constata da nas Peças Complementares 33196 a 33199, peças. 77-80, constando saldo 0,00 para a conta 2872230-4 e, “Cliente sem aplicações ativas no período” nas demais.

Encaminhou documentos visando afastar esta irregularidade, conforme abaixo listado:

- Peça Complementar 33193 e 33217/2021 (pç. 74 e 98) Ofício 4/2020 da CEF, informando que não houve movimentação no mês de dezembro/2019 nas contas e aplicações financeiras 647.080-4, 647.081-2, 647.092-8, 647.082-0, 647.088-0, 647.096-0, 647.094-4, 6147-6, 7998-7 e 7997-9; Saldo: R\$ 0,00.
- Peças Complementares 33194 e 33195, 33223/2021 (pçs. 75-76, 104), extrato da conta 647099-5 e ofício CEF informando a não movimentação na conta e saldo R\$ 0,00 em 31/12/2019.
- Peça Complementar 33200, 33202, 33203, 33204/2021 (pç. 81, 83, 84, 85) Extratos Banestes, período 01 a 31/12/2019, contas: 2317346-1, 2393313-8, 2441311-4, 2872230-4, respectivamente, com saldo R\$ 0,00.
- Peça Complementar 33201/2021 (pç. 82) Extrato Banestes, período 01 a 31/12/2019, conta: 2381924-6, com saldo R\$ 156,61.
- Peça Complementar 33205/2021 (pç. 86) Extrato Banestes, período 01 a 31/12/2019, conta: 2381924-6, com saldo R\$ 305,56.

- Peça Complementar 33224/2021 (pç. 105) Ofício CEF, informando que a conta 672002-9 não apresentou movimentação em dezembro de 2019 e possuía saldo R\$0,00, além de não ter saldo em aplicações vinculadas a ela;
- Encaminhou ainda, Peça Complementar 33206/2021 (pç. 87) Termo De Verificação Das Disponibilidades/2019;

Quanto à ausência dos Extratos Bancários de Aplicações do Banco do Brasil, ag. 4556-X, contas 510245-6 (Saldo: R\$ 5,97), 5552-2 e Caixa Econômica Federal, ag. 1836 conta 672002-9, informou que possuem apenas conta movimento, assim como a conta bancária do Banco Banestes 2381924-6 possui conta corrente e poupança, todas com saldo R\$ 0,00, com exceção da BB 510245-6. (Peças Complementares 33218 a 33222, 33229 a 33230/2021, pçs. 99-103, 110-111;)

Dessa forma, diante do encaminhamento de extratos e informações relativos às contas questionadas, sugere-se, **afastar** este indicativo de irregularidade

### 2.1.2 Baixa efetividade na cobrança administrativa e/ou judicial da dívida ativa (Item 3.8.2 RT 184/2021)

Base Normativa: art. 39 da Lei 4.3620/64 e Lei 6.830/1980.

Conforme o item 3.8.2 do RT 184/2021 abaixo transcrito:

Com base no Demonstrativo da Dívida Ativa, foram extraídas algumas informações que subsidiam as análises relativas à cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa:

**T**

<b>abela 21) Informações complementares sobre a Dívida Ativa</b>  <b>onte: Processo TC 02931/2020-5 - Prestação de Contas Anual/2019 - DEMDAT</b>	Inscrições no Exercício (a)	1.327.514,03
	Saldo Final no Exercício (b)	3.471.114,35
	Baixas por recebimento no Exercício (c)	450.574,57
	<b>Percentual de recebimento em relação às inscrições no exercício (c/a)</b>	<b>33,94%</b>
	<b>Percentual de recebimento em relação ao saldo final (c/b)</b>	<b>12,98%</b>

erifica-se que o **gestor encaminhou arquivos contendo a relação dos créditos objeto de cobrança administrativa e/ou judicial, no montante de R\$ 26.528,23, bem como relação de protestados em cartório, totalizando R\$ 136.337,90.**

Importante destacar, contudo, que a parcela da dívida ativa que vem sendo objeto de cobrança corresponde a apenas 4,69%<sup>4</sup> do total inscrito, com base nas demonstrações contábeis que integram a prestação de contas anual sob análise, **bem como os recebimentos do período representam 12,98% do saldo final da dívida, revelando baixo índice de recebimento da dívida ativa e, conseqüentemente, a pouca efetividade da cobrança em curso.**

Diante do exposto, sugere-se, tendo em vista o art. 39 da Lei 4.3620/64 e Lei 6.830/1980, **notificar** o gestor responsável para apresentar as razões de justificativas que julgar necessárias.

**JUSTIFICATIVA:** Conforme a Defesa Justificativa 807/2021 (p. 5-8), parcialmente transcrito:

(...)

Este TCEES expressa que verifica-se que o gestor encaminhou arquivos contendo a relação dos créditos objeto de cobrança administrativa e/ou judicial, no montante de R\$ 26.528,23, bem como relação de protestados em cartório, totalizando R\$ 136.337,90. Destaca que a parcela da dívida ativa que vem sendo objeto de cobrança corresponde a apenas 4,69% do total inscrito, com base nas demonstrações contábeis que integram a prestação de contas anual sob análise, bem como os recebimentos do período representam 12,98% do saldo final da dívida, revelando baixo índice de recebimento da dívida ativa e, conseqüentemente, a pouca efetividade da cobrança em curso. Diante do exposto, sugeriu, tendo em vista o art. 39 da Lei 4.3620/64 e Lei 6.830/1980, notificar o gestor responsável para apresentar as razões de justificativas que julgar necessárias.

Conforme consta às fls. 219 e 220 do Relatório de Gestão 2019 disponível no link <https://www.tcees.tc.br/consultas/processo/detalhar-processoid/?idProcesso=1589280&key=df90c20d4222869c095bf1dcaba2ccca3fc2f9a78c1b4890caa2cf882634021fc8d79aa52c5a1c97f417ea051c2a6c451f7c58666ffee0c2a0eb0abb3771a98> apresentado a atividade de cobrança da dívida ativa foi desenvolvida de forma condizente com a legalidade.

Na tentativa de receber os créditos tributários, cumpre-nos destacar que no ano de 2019 foi procedida alteração no Código Tributário Municipal, através da Lei Complementar nº 42 de 10 de junho de 2019, autorizando inclusive o parcelamento de débito parcelado e não pago, além da sanção da Lei nº

---

<sup>4</sup> (R\$ 26.528,23 + R\$ 136.337,90) / R\$ 5.894.571,32

1.138 de 12 de dezembro de 2019, que autoriza o Poder Executivo autorizado, a celebrar termo de transação com o objetivo de pôr fim a litígios nas áreas administrativa e judicial, visando à extinção de créditos tributários devidos ao Município de Iconha, relativos aos tributos municipais.

Bem como foram ajuizados no ano de 2019 por meio do Processo Judicial Eletrônico – PJE, 414 (quatrocentas e quatorze) Ações de Execução Fiscal, porém, os mesmos não foram lançados no Sistema Tributário em 2019, sendo incluídos no Sistema Tributário no ano de 2019, um total de 21 Ações de Execução Fiscal no valor total de R\$ 26.528,23 (vinte e seis mil, quinhentos e vinte e oito reais e vinte e três centavos); g) Encontram-se tramitando judicialmente, através da competente Ação de Execução Fiscal, o total de 3.790 (três mil, setecentos e noventa) Inscrições Municipais inscritas em Dívida Ativa, a qual totalizam um montante de R\$ 233.004,25 (duzentos e trinta e três mil, quatro reais e vinte e cinco centavos) a serem recebidos pelos cofres públicos municipal.

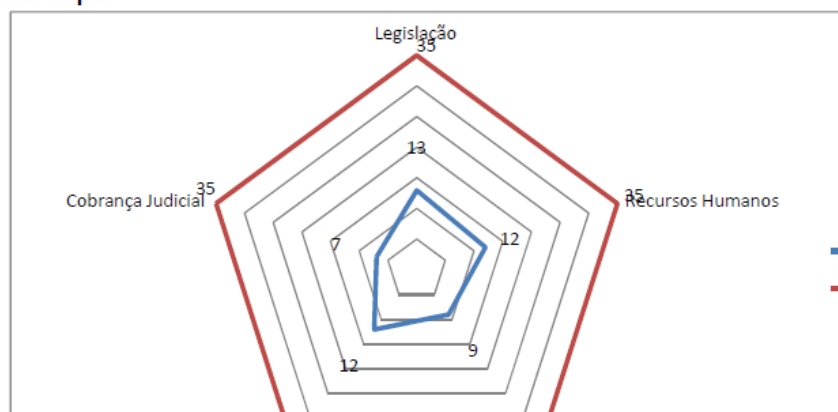
Apresenta neste momento relatório de Controle de Processos de Execução da Dívida Ativa extraído do Sistema Tributário em 15/10/2020 e apresentado à Procuradoria Jurídica na ocasião confirmando o ajuizamento das mencionadas ações em 2019.

Importante ressaltar que no ano de 2019 o Município de Iconha recebeu auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES cumprindo o Plano Anual de Fiscalização para o exercício de 2019, aprovado pela Decisão Plenária TC 17/2018 na 11ª sessão administrativa, realizada em 4 de setembro de 2018, quanto à realização de auditoria concernente à administração tributária dos Municípios do Estado do Espírito Santo, sendo para tanto, autuado o processo TC 2.041/2019.

A referida auditoria em seu Relatório de Auditoria 00031/2019-8, identificou que a menor deficiência na ocasião foi quanto a cobrança judicial da dívida ativa. Como se verifica no gráfico ilustrado na Figura 1 (**página 8 do Relatório**), elaborado pela Equipe de Auditoria com base nas respostas apresentadas pelos gestores nos questionários encaminhados em 2015, representa dados obtidos no município relativos à Administração Tributária, vejamos:



**Figura 1 Diagnóstico da Administração Tributária Municipal**



Nota de Risco máxima: 175  
Nota de Risco do Município: 53  
Maior deficiência: Legislação  
Menor deficiência: Cobrança Judicial  
O relatório assim descreve:

Analisando o gráfico de diagnóstico da Administração Tributária Municipal, gerado com base nas respostas apresentadas no questionário encaminhado pela Equipe de Auditoria, observa-se que o Município totalizou uma nota de risco de 53 pontos num universo de 175, ocupando a 32ª posição no ranking da faixa populacional 05 – conforme se verifica no item 8.5.7 do Relatório de Levantamento RLE 3/2015, inserido no bojo do processo TC 4.548/2015.

Observa-se que o Município de Iconha notas de risco mediana nos quesitos Legislação (13), Procedimento de Fiscalização (13), Recursos Humanos (12), dentre os quais se destacaram as seguintes deficiências: (...)

A avaliação dos quesitos Infraestrutura e Sistema (9) e Cobrança Judicial (7) foi mais satisfatória, embora estes também tenham apresentado deficiências passíveis de melhoria, (...)

O comportamento da arrecadação dos tributos de competência própria, aliado ao resultado do Diagnóstico reproduzido no item 7.33.1, do Relatório de Levantamento RLE 3/2015, inserido no bojo do processo TC 4.548/2015, demonstram que o Município de Iconha tem empreendido esforços e realizado investimentos visando à estruturação da Administração Tributária Municipal.

Frisa-se que tal fato não exclui a possibilidade de correção de algumas deficiências detectadas através do diagnóstico,

sobretudo aquelas relacionadas aos Procedimentos de Fiscalização, com objetivo de aprimorar a Administração Tributária do Município e, conseqüentemente, otimizar a arrecadação e a gestão dos tributos Municipais. (Sem grifos no original)

A estruturação citada pelo auditor pode ser comprovada com a evolução da receita realizada relativo a recebimento da dívida ativa apurada no último 5 exercício, conforme tabela abaixo:

Recebimento de Dívida Ativa:

Exercício	Receita	Valor Recebido
2015 (1913 e 1931)	Dívida Ativa Tributária	278.541,95
2016 (1913 e 1931)	Dívida Ativa Tributária	281.364,66
2017 (1913 e 1931)	Dívida Ativa Tributária	349.259,82
2018	Dívida Ativa Tributária	485.778,33
2019	Dívida Ativa Tributária	441.454,09

Fonte: Portal do Município, no link: <https://ucci.iconha.es.gov.br/contas-publicas>

Assim, apesar da cobrança da dívida ativa ser apontada como insuficiente, observamos que dentro dos esforços empreendido pelo Gestor obtivemos uma evolução positiva na arrecadação da dívida ativa de 63,09 % se compara o valor arrecadado em 2015 em relação ao valor arrecadado de 2019, demonstrando todo esforço da gestão, não podendo o gestor ser punido pelo seu esforço.

Seguem em anexo documentos comprobatórios e solicito ao TCEES a juntada ao processo TC 2931/2020.

Bem como solicito a juntada do Relatório de Auditoria nº 00031/2019-8 do processo TC 2041/2019.

E apenas para confirmar meu compromisso com a Gestão Pública do Município de Iconha, apresento a seguir o levantamento acerca das contas sob minha gestão desde 2013, relativo ao primeiro mandato como gestor público. *[Sic]*

**ANÁLISE:** O indicativo é relativo a baixa efetividade na cobrança administrativa e/ou judicial da dívida ativa.

Primeiramente a defesa afirmou que a atividade de cobrança da dívida ativa foi desenvolvida de forma condizente com a legalidade. A seguir passou a descrever os procedimentos adotados, tais como:

- alteração no Código Tributário Municipal, através da LC nº 42 de 10 de junho de 2019, autorizando inclusive o parcelamento de débito parcelado e não pago;

- sanção da Lei nº 1.138 de 12 de dezembro de 2019, que autoriza o Poder Executivo a celebrar termo de transação com o objetivo de pôr fim a litígios nas áreas administrativa e judicial, visando à extinção de créditos tributários devidos ao Município de Iconha, relativos aos tributos municipais;
- ajuizamento no ano de 2019 por meio do Processo Judicial Eletrônico – PJE, de 414 (quatrocentas e quatorze) Ações de Execução Fiscal, (não lançados no Sistema Tributário em 2019), com inclusão no Sistema Tributário em 2019, de um total de 21 Ações de Execução Fiscal no valor total de R\$ 26.528,23;
- Tramitação judicial, através da competente Ação de Execução Fiscal, o total de 3.790 (três mil, setecentos e noventa) Inscrições Municipais inscritas em Dívida Ativa, totalizando R\$ 233.004,25 a serem recebidos pelos cofres públicos municipais.

Ressaltou que em 2019 o Município de Iconha recebeu auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES cumprindo o Plano Anual de Fiscalização para o exercício de 2019, aprovado pela Decisão Plenária TC 17/2018, quanto à realização de auditoria concernente à administração tributária dos Municípios do Estado do Espírito Santo (TC 2.041/2019), cujo Relatório de Auditoria 00031/2019-8, identificou que a menor deficiência na ocasião foi quanto a cobrança judicial da dívida ativa.

Observou a defesa que, dentro dos esforços empreendido pelo Gestor obteve-se uma evolução positiva de 63,09% na arrecadação da dívida ativa de 2019 em comparação ao arrecadado em 2015.

Encaminhou documentos de prova ao ora alegado (Peças Complementares 33208 a 332016 (pçs. 89-97), solicitou a juntada do Relatório de Auditoria nº 31/2019-8 (TC 2041/2019) e demonstrou os resultados das avaliações do TCEES nas prestações de contas do município de 2013 a 2018.

Em consulta ao Relatório de Auditoria nº 31/2019-8 (TC 2041/2019), constata-se sobre a receita oriunda da cobrança de Dívida Ativa:

### **1.3 VISÃO GERAL DO OBJETO**

(...)

Por fim, a receita oriunda da cobrança de **Dívida Ativa** apresentou uma queda considerável em 2009 comparada com 2008. Voltou a subir em 2010 e novamente a cair até o exercício de 2012. A partir de 2013 voltou a subir mantendo a condição em 2014 chegando a um montante de R\$ 242.300,00.

**Arrecadação própria per capita em 2014 e comparativo com a arrecadação média dos Municípios da Faixa Populacional 05 – Item 8.5**

do Relatório de Levantamento RLE 3/2015, inserido no bojo do processo TC 4.548/2015:

Tributos	ISS	IPTU	ITBI	Taxas	Total
Receita per capita	114,4	37,6	10,1	40,5	202,7
Média da F.P 5	68,9	11,4	10,0	12,5	104,6
Posição na F.P 5	6º/32	2º/32	17º/32	1º/32	2º/32

\* População de 2014 segundo estimativa do IBGE: 13.669 habitantes

O comportamento da arrecadação dos tributos de competência própria, aliado ao resultado do Diagnóstico reproduzido no item 7.33.1, do Relatório de Levantamento RLE 3/2015, inserido no bojo do processo TC 4.548/2015, demonstram que o Município de Iconha tem empreendido esforços e realizado investimentos visando à estruturação da Administração Tributária Municipal.

Frisa-se que tal fato não exclui a possibilidade de correção de algumas deficiências detectadas através do diagnóstico, sobretudo aquelas relacionadas aos Procedimentos de Fiscalização, com objetivo de aprimorar a Administração Tributária do Município e, consequentemente, otimizar a arrecadação e a gestão dos tributos Municipais. (grifei)

Ainda quanto ao Processo TC 2041/2019, pertinente à auditoria da receita pública, realizada por esta Corte de Contas no município, verificou-se que o gestor apresentou plano de ação contendo previsão de ação corretiva para o item 2.13 *PROCEDIMENTO INSUFICIENTE PARA REALIZAR A EFETIVA ARRECADAÇÃO*, porém com conclusão em dezembro de 2020. O plano foi homologado pelo Acórdão 01677/2019-8. Consta também do Acórdão que o plano de ação será objeto de monitoramento pelo Controle Interno municipal com o respectivo encaminhamento do resultado obtido ao TCEES.

Ademais, em consulta ao site do município de Iconha, <<https://www.iconha.es.gov.br>>, verificou-se que a LC nº 42/2019 - altera dispositivo da Lei Complementar nº 017, de 28 de dezembro de 2011, que institui o Código Tributário do Município de Iconha, e a Lei nº 1.138/2019 - autoriza o Município de Iconha-ES a realizar transação para extinção de Créditos Tributários, nas condições que especifica.

Sendo assim, diante dos documentos de prova encaminhados e citados e considerando-se que a matéria está sendo tratada no processo TC 2041/2019,

com prazo de ação corretiva previsto para encerrar em exercício seguinte ao em análise, sugere-se **afastar** o presente indicativo de irregularidade.

### 3. GESTÃO FISCAL

#### 3.1 DESPESAS COM PESSOAL

##### 3.1.1. Limite das Despesas com Pessoal

Base Normativa: Artigo 20, inciso III, alínea “b”, Artigo 19, III, e artigo 22, parágrafo único da Lei Complementar 101/2000.

Despesas com pessoal – Poder Executivo **Em R\$ 1,00**

Descrição	Valor
Receita Corrente Líquida Ajustada – RCL Ajustada	50.789.799,59
Despesa Total com Pessoal – DTP	24.004.230,72
<b>% Apurado (DTP / RCL Ajustada)</b>	<b>47,26</b>

Fonte: Processo TC 02934/2020-9 - PCM/2019 Demonstrativos de Gestão Fiscal

Despesas com pessoal – Consolidado **Em R\$ 1,00**

Descrição	Valor
Receita Corrente Líquida Ajustada – RCL Ajustada	50.789.799,59
Despesa Total com Pessoal – DTP	25.838.601,78
<b>% Apurado (DTP / RCL Ajustada)</b>	<b>50,87</b>

Fonte: Processo TC 02934/2020-9 - PCM/2019 Demonstrativos de Gestão Fiscal

Conforme tabelas acima, observa-se o cumprimento do limite de pessoal do poder executivo e consolidado.

#### 3.2. DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA

Base Normativa: Art. 59, IV, da Lei Complementar nº 101/2000; e art. 3º, II, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.

De acordo com o RT 183/2021, a dívida consolidada líquida não extrapolou o limite de (120% da receita corrente líquida), conforme evidenciado a seguir, estando em acordo com a legislação supramencionada:

Dívida Consolidada Líquida **Em R\$ 1,00**

Descrição	Valor
Dívida consolidada	997.680,46
Deduções	9.971.291,99

Dívida consolidada líquida	-8.973.611,53
Receita Corrente Líquida – RCL	50.789.799,59
<b>% da dívida consolidada líquida sobre a RCL</b>	<b>-17,66</b>

Fonte: Processo TC 02934/2020-9 - PCM/2019 Demonstrativos de Gestão Fiscal

### 3.3. OPERAÇÃO DE CRÉDITOS E CONCESSÃO DE GARANTIAS

Base Normativa: Art. 35 da Lei Complementar 101/2000; Lei Federal 4.595/1964; art. 7º, inciso I, e art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001; e art. 167, III da Constituição Da República /1988; Art. 55, inciso I, alínea "c"; e art. 40, §1º, da Lei Complementar 101/2000.

Com base nas demonstrações contábeis e no Relatório de Gestão encaminhados pelo jurisdicionado à Corte de Contas, observa-se que **não houve a contratação de operações de crédito nem a concessão de garantias ou contra garantia de valores no exercício de 2019.**

### 3.4. RENÚNCIA DE RECEITA

De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual do município, aprovadas para o exercício sob análise, constata-se a inexistência de previsão para beneficiar instituições com renúncia de receita.

### 3.5 – DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

Considerando o resultado disposto na Tabela 35 do RT 183/2021, constata-se que houve **cumprimento** ao art. 55, III, b, 3 da Lei Complementar 101/2000.

## 4. GESTÃO DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO

### 4.1 APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Base Normativa: Art. 212, caput, da Constituição da República/1988 e Art. 60, inciso XII, do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição da República/1988 (alterado pela Emenda Constitucional 53/2006).

Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino **Em R\$**  
**1,00**

<b>Destinação de recursos</b>	<b>Valor</b>
Receitas provenientes de impostos	4.254.841,73
Receitas provenientes de transferências	29.269.623,61
Base de cálculo para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino	33.524.465,34
<b>Valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino</b>	<b>9.178.581,88</b>
<b>% de aplicação</b>	<b>27,38</b>

Fonte: Processo TC 02934/2020-9 - PCM/2019 Demonstrativos de Gestão Fiscal

Portanto, o município cumpriu o limite de aplicação com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Destinação de recursos do FUNDEB prof. Magistério **Em R\$**  
**1,00**

<b>Destinação de recursos</b>	<b>Valor</b>
Receitas líquidas provenientes do FUNDEB	7.446.334,36
<b>Valor destinado ao pagamento dos profissionais do magistério</b>	<b>5.399.698,40</b>
<b>% de aplicação</b>	<b>72,51</b>

Fonte: Processo TC 02934/2020-9 - PCM/2019 Demonstrativos de Gestão Fiscal

Portanto, o município cumpriu o limite de aplicação de 60% do FUNDEB com Magistério.

#### **4.1 APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

Base Normativa: Artigo 77, inciso III, do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da Pública/1988 (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29/2000).

Aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde **Em R\$ 1,00**

<b>Destinação de recursos</b>	<b>Valor</b>
Receitas provenientes de impostos	4.254.841,73

Receitas provenientes de transferências	28.059.765,18
Base de cálculo para aplicação em ações e serviços públicos de saúde	32.314.606,91
<b>Valor aplicado em ações e serviços públicos de saúde</b>	<b>7.346.153,48</b>
<b>% de aplicação</b>	<b>22,73%</b>

Fonte: Processo TC 02934/2020-9 - PCM/2019 Demonstrativos de Gestão Fiscal

Portanto, verifica-se que o município cumpriu o limite mínimo constitucional previsto para aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde.

## 5 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO

Base Normativa: Art. 29-A, inciso I (redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009), c/c art. 29-A, § 2º, da Constituição da República/1988.

Transferências para o Poder Legislativo

**Em R\$ 1,00**

Descrição	Valor
Receitas tributárias e transferências de impostos - Ex. Anterior	32.360.323,51
% Máximo de gasto do Legislativo - conforme dados populacionais	7,00
<b>Limite máximo permitido para transferência</b>	<b>2.265.222,64</b>
<b>Valor efetivamente transferido</b>	<b>2.250.000,00</b>

Fonte: Processo TC 02934/2020-9 - PCM/2019 Demonstrativos de Gestão Fiscal

Portanto, verifica-se que o Poder Executivo não transferiu recursos ao Poder Legislativo acima do limite permitido.

## 6 DAS CONTAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (TC 4742/2020)

Em atendimento ao que preceitua o art. 9º, §§1º e 2º da Resolução TCEES 297/2016, que dispõe sobre as diretrizes e procedimentos para análise de prestações de contas anuais das unidades jurisdicionadas, o Núcleo de Controle Externo de Pessoal e Previdência avaliou a condução da política previdenciária no município de Santa Maria de Jetibá, referente ao exercício de 2019, conforme disposto pelo Relatório Técnico 65/2021 (pç. 51), oportunidade em que não foram identificadas irregularidades atribuídas ao chefe do Poder Executivo (despacho 9041/2021).



Registra-se que os pontos de controle pertinentes àquela unidade gestora (RPPS) estão sendo tratados na respectiva prestação de contas anual de gestão (Processo TC 4742/2020).

## **7 CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO**

Foi examinada a Prestação de Contas Anual relativa à Prefeitura Municipal de Iconha, exercício de 2019, formalizada de acordo com a IN 43/2017, e conforme escopo definido na Resolução TC 297/2016 e alterações posteriores.

Apontados indicativos de irregularidades no RT 183/2021 e no RT 184/2021, assegurou-se ao responsável indicado o direito ao contraditório e à ampla defesa, observado, portanto, o devido processo legal.

Quanto ao aspecto técnico-contábil e o disposto na legislação pertinente, opina-se no sentido de que este Egrégio Tribunal de Contas emita PARECER PRÉVIO, dirigido à Câmara Municipal de ICONHA, recomendando a **APROVAÇÃO COM RESSALVA** da prestação de contas anual do **Sr. João Paganini**, prefeito do município de **Iconha** no exercício 2019, na forma do art. 80 da Lei Complementar 621/2012.

Sugere-se ainda expedir **DETERMINAÇÃO** ao gestor para que adote, em observância ao parágrafo único do art. 8º da LC 101/2000, práticas de controle e evidenciação dos registros e resultados por fontes de recursos; e **RECOMENDAÇÃO** para que aprimore os procedimentos de controle a fim de dirimir divergências entre prestações de contas mensais e anual (IN 68/2020).

Destarte, considerando a manutenção de indicativo de irregularidade de natureza formal e o afastamento dos demais indicativos, encampo a proposta de encaminhamento apresentada pela área técnica no bojo da **ITC 04219/2021-1**, no sentido de recomendar ao Poder Legislativo de Iconha a **APROVAÇÃO COM RESSALVA** da prestação de contas anual, do exercício de 2019, do **Sr. João Paganini**, conforme análise procedida, e nos termos do art. 80, II, da LC 621/2012.

Ante todo o exposto, acompanhando integralmente o entendimento da área técnica, cuja fundamentação integra este voto independente de transcrição e divergindo parcialmente do Parecer do Ministério Público de Contas, VOTO para que seja adotada a deliberação que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

**SÉRGIO MANOEL NADER BORGES**

Conselheiro Relator

**1. PARECER PRÉVIO TC-11/2022:**

**VISTOS**, relatados e discutidos os autos, **RESOLVEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas, em:

**1.1. RECOMENDAR** ao Legislativo Municipal de Iconha a **APROVAÇÃO COM RESSALVA** das contas do **Sr. João Paganini**, responsável pela Prefeitura Municipal de Iconha, no exercício de 2019, nos termos do art. 80, II, da Lei Complementar nº 621/2012 c/c o art. 132, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

**1.2. DETERMINAR** ao atual gestor que passe a adotar nos próximos exercícios, em observância ao parágrafo único do art. 8º da LC 101/2000, práticas de controle e evidenciação dos registros e resultados por fontes de recursos;

**1.3. RECOMENDAR** ao atual gestor que aprimore os procedimentos de controle a fim de dirimir divergências entre prestações de contas mensais e anual (IN 68/2020)

**1.4. ARQUIVAR** os autos após o trânsito em julgado.

**2. Unânime.**

**3. Data da Sessão:** 28/01/2022 – 2ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara.

**4. Especificação do quórum:**

**4.1. Conselheiros:** Sérgio Manoel Nader Borges (presidente/relator), Domingos Augusto Taufner e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

**Presidente/Relator**

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

CONSELHEIRO LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA

Fui presente:

PROCURADOR DE CONTAS LUCIANO VIEIRA

**Em substituição ao procurador-geral**

VANESSA DE OLIVEIRA RIBEIRO

**Subsecretária das Sessões em substituição**